



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA VILA DE PEREIRA

ATA

DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2025

I – ABERTURA

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, sob a Presidência de José Carlos Malheiro Leite, secretariado por Paulo Jorge dos Santos Bicho e Ana Patrícia Mateus Simões, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Pereira, no edifício do Celeiro dos Duques de Aveiro, Freguesia de Pereira. Presentes os membros deste órgão, Natércia Paula Lopes dos Reis, Cláudia Maria Nobre de Sousa, José Ferreira Marques, Cláudia Margarida Gomes Salgueiro Gonçalves e ainda Cristina Torres e Fernando Santos em substituição de Manuel Alberto Gonçalves Góis e de Rute Maria Marques. Presentes os Membros do executivo da Junta de Freguesia, o Presidente António da Silva Ferreira, a Secretária Clara Isabel da Costa Nunes e a Tesoureira Sofia Isabel Batista Peixeira. -----

Foi a seguinte **Ordem de Trabalhos:** -----

I. Antes da Ordem do Dia -----

1. Apreciação e aprovação da ata da Assembleia anterior; -----
2. Apresentação escrita de pareceres, propostas e moções honrosas e votação, quando aplicável; -

II. Período da Ordem do Dia -----

3. Informações da Mesa e intervenções das bancadas; -----
4. Apresentação dos trabalhos efetuados pela Junta de Freguesia no 3º trimestre de 2025; -----
5. Análise do pedido, da Coligação PPD-PSD / CDS-PP, *“de informações/explicações relativamente à sanção imposta pela Comissão Europeia, e apresentação de resposta pelo Executivo da Junta”*. ----

III. Intervenção do público -----

6. Período de meia hora para intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e respetivas respostas, a tratar nos termos do nº 6 do artigo 49 da lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----



O Presidente da Assembleia, José Carlos Leite, informou que Manuel Alberto Gonçalves Góis comunicou atempadamente a sua ausência, conforme previsto nos termos da Lei, e pediu a sua substituição, o que foi feito por Fernando Santos, aqui presente. Também informou que Rute Maria Marques Pires procedeu de igual modo sendo substituída pelo membro Cristina Torres. -----

II – ORDEM DE TRABALHOS

I. Antes da Ordem do Dia -----

1. Apreciação e aprovação da ata da sessão anterior; -----

O Presidente da Assembleia, José Carlos Leite, questionou as bancadas se pretendem intervir sobre a ata em apreço. Nenhuma das bancadas se pronunciou e o Presidente submete a votação. A ata da sessão de 27 de junho de 2025 foi, assim, aprovada por unanimidade pelos presentes. -----

2. Apresentação escrita de pareceres, propostas e moções honrosas; -----

O Presidente da Assembleia questionou se pretendem apresentar por escrito pareceres, propostas e moções honrosas. As bancadas não apresentaram nenhum desses documentos pelo que o Presidente da Assembleia dá como encerrado este ponto. -----

II. Período da Ordem do Dia -----

O Presidente da Assembleia José Carlos Leite pede para informar, antes de prosseguir para o ponto seguinte, que a coligação PPD-PSD / CDS-PP formalizou, para ser inserido no período da ordem do dia, um pedido de informações/explicações alegando “... não ter sido prestada qualquer explicação pública relativamente à sanção imposta pela Comissão Europeia a Portugal, em específico à Vila de Pereira, devido a falhas no tratamento de águas residuais urbanas, na nossa Vila.”, sendo este o ponto cinco da ordem de trabalhos. Por diligências do executivo e deferência da ABMG podemos hoje contar para esse fim com a presença do seu Diretor-Geral, Engenheiro Idalécio Oliveira e do Responsável Técnico, Engenheiro Rui Pedro Simões que participarão na qualidade de convidados para, no ponto específico, esclarecerem as eventuais dúvidas decorrentes do pedido formulado pela bancada do PPD-PSD/CDS-PP à Mesa da Assembleia relativamente a essa matéria. -----

Assim o Presidente da Assembleia coloca à consideração a alteração da ordem de trabalhos para libertarmos as pessoas que fizeram o favor de estar aqui e abordarmos o ponto cinco de imediato. Depois seguiremos a ordem normal dos trabalhos. A bancada coligação PPD-PSD/CDS-PP entende que é muito importante o que tem para dizer no ponto três e quer fazê-lo de imediato, e entendem que o ponto cinco seja colocado a seguir ao ponto três das informações da mesa e intervenções das bancadas. O Presidente da Mesa pediu desculpa aos convidados, questionou a outra bancada se tinha algo a obstar a esta proposta da coligação PPD-PSD/CDS-PP. Assim sendo passou-se para o

ponto três das informações da mesa e intervenções das bancadas.

3. Informações da Mesa e intervenções das bancadas;

O Presidente da Assembleia começa por informar que a Mesa não tem nenhuma informação em especial, pois todos os convites recebidos foram encaminhados para os Membros das bancadas. Ocorreu antes de ontem, dia 24 de setembro de 2025 o ato solene de abertura ao público do Arranjo Urbanístico em Pereira - Largo da Feira. Mal foi recebido o convite, na véspera, foi partilhado no imediato com os Membros. Nada mais existe além disso, portanto relativamente a informações a Mesa nada mais tem. Passaria então às intervenções das bancadas. Depois de solicitada o Presidente da Assembleia dá a palavra à bancada da coligação PPD-PSD / CDS-PP.

O Membro Cláudia Sousa pediu que a sua bancada dividisse entre os três membros a intervenção. O Presidente da Assembleia esclareceu que isso não correspondia ao que foi combinado e definido quando se decidiu criar um espaço para intervenção das bancadas. No entanto, sendo hoje a última sessão, aceita esta situação, dado tratar-se da última sessão e não abrir, assim, precedentes.

Usou da palavra o Membro José Marques para dizer:

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Assembleia, Senhor Presidente da Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Muito boa noite a todos. Quatro anos do nosso mandato neste órgão deliberativo, o pilar da nossa democracia local, aproximam-se celeremente do seu termo. Sendo esta, previsivelmente, uma das últimas sessões deste órgão, solicito a vossa permissão para, em meu nome e em representação da Bancada "Unir Pela Mudança", proferir algumas considerações acerca do seu funcionamento e sintetizar as áreas e os temas que nortearam as nossas intervenções ao longo deste período. Na nossa primeira intervenção, definimos claramente o âmbito e o espírito das nossas intenções enquanto oposição. Permitam-me recordar as palavras que proferi a 29 de dezembro de 2021, e que mantêm toda a sua validade: "Iniciamos hoje uma longa caminhada de quatro anos, por isso desejo que a nossa intervenção resulte, na sua plenitude, num trabalho profícuo, rumo ao desenvolvimento sustentado da nossa Terra." "Da minha parte, e da nossa parte, Bancada do PSD, exerceremos uma oposição responsável, construtiva, transparente e democrática." Ao longo do mandato, em todas as nossas diversas intervenções, mantivemos sempre um olhar atento sobre os acontecimentos, mesmo perante situações atípicas. Demos voz neste órgão às preocupações dos nossos fregueses e da população em geral. Cumprimos o nosso papel. Apresentámos propostas e recomendações, aprovámos financiamentos e concedemos o nosso aval ao Executivo em matérias várias. Logo em 2021, manifestámos o nosso apoio ao financiamento, através da AD ELO, para a construção do "Parque Beira-Rio", um projeto de inegável valor para a Freguesia. Perante a grave estiagem de 2022, apresentámos uma proposta fundamental para a recuperação do sistema de

captação de água do septuagenário Fontenário da Fontinha. Sendo este um tema de primordial importância, permito-me citar parte da nossa argumentação: "Dando continuidade à nossa postura e, como oposição responsável, que anseia contribuir com ideias e propostas exequíveis e financeiramente sustentáveis, que permitam ajudar a melhorar as condições sociais, culturais e económicas, bem como proporcionar as melhores condições de vida para a população da nossa Terra." "Assim, hoje a bancada do PSD/Unir pela Mudança, traz a esta Assembleia de Freguesia uma proposta e um debate sério, sobre um tema que a todos nos toca e nos deve preocupar no presente, tendo em vista o futuro das gerações vindouras: A água, esse bem cada vez mais escasso, absolutamente necessário à vida no planeta e que todos devemos preservar." Esta proposta resultou na sua aceitação e na subsequente abertura de uma rubrica, com a denominação "Estudos", no Orçamento/Plano de Atividades de 2023. Foi também fruto da nossa insistência e pressão que se alcançou a concordância do Executivo em realizar análises periódicas à água, após termos sido nós, Oposição, a demonstrar, através de análises, a sua excelente qualidade bacteriológica. Recomendámos a intervenção face ao iminente perigo de atropelamento de transeuntes, nomeadamente crianças, devido à falta de passeio em frente à Capela de Nossa Senhora do Pranto, na EM 341. Cito novamente a nossa missiva: "É do nosso conhecimento o perigo iminente de atropelamento. Assim e, dado que se junta a curva/lomba de extrema perigosidade, recomendamos ao executivo encetar conversações com os proprietários, para criar espaço em passeio, suficiente para a proteção das pessoas apeadas. (26/09/2024)". Outras recomendações, igualmente pertinentes, foram apresentadas, mas invariavelmente esbarrámos na mesma resposta: "Não há dinheiro". Acrescentámos que, no nosso entendimento, a esta dificuldade financeira se terá somado uma falta de vontade e, quiçá, de capacidade para as executar. Chegado ao termo desta intervenção, que se tornou forçosamente telegráfica, face à vasta matéria, não posso deixar de registar, para memória futura, aquilo que consideramos ser a parte mais criticável da atuação da Mesa da Assembleia, em particular por parte do Senhor Presidente. Durante os primeiros dois anos e meio, a condução dos trabalhos pautou-se por uma assinalável imparcialidade e respeito pela Oposição. No entanto, a partir de determinado momento, o equilíbrio começou a deteriorar-se, com o Senhor Presidente a substituir o Executivo nas respostas às nossas questões e dúvidas, uma competência que a lei confere, inequivocamente, ao órgão executivo. O nosso desagrado agravou-se profundamente quando, após ter ocorrido um acidente junto à Capela de Nossa Senhora do Pranto, com um transeunte a ser hospitalizado, um episódio relatado pela Chefe de Bancada, Senhora Cláudia Sousa, solicitei imediatamente a palavra. A minha intenção era reforçar a nossa recomendação do ano anterior, validando a pertinência das nossas reivindicações face ao perigo iminente. Contudo, a palavra foi-me negada pelo Senhor Presidente da Mesa, sob a alegação de incumprimento do regulamento interno, que supostamente não permitiria a intervenção de dois



membros da mesma bancada sobre o mesmo assunto. Pela nossa leitura e interpretação do regimento, e salvo melhor opinião, o artigo referente ao uso da palavra é omissivo, neste assunto. Nesta conformidade, e para concluir, reitero: Não concordamos, nem pactuamos com este tipo de atitudes que consideramos um despotismo arrogante, nem aceitamos, em caso algum, atropelos à democracia nas sessões plenárias deste órgão deliberativo. A prova mais evidente destas práticas reside no gradual afastamento do público que, inicialmente, comparecia, para nelas participar. Hoje, congratulamo-nos com a presença dos cidadãos. -----

Usou da palavra o Membro Cláudia Sousa para dizer: -----

“Por forma a darmos uma visão global do que aconteceu ao longo dos 4 anos deste executivo e desta Assembleia, reiteramos que o exercício deste mandato não esteve isento de dificuldades. A nossa intervenção foi frequentemente condicionada por uma reduzida abertura da bancada do Partido Socialista à colaboração e ao diálogo, o que limitou a possibilidade de construir soluções mais abrangentes e consensuais. Verificámos ainda que vários projetos anunciados não foram cumpridos na íntegra, ficando aquém das expectativas e das necessidades reais da comunidade. Além disso, a consideração pela oposição revelou-se escassa, traduzindo-se numa postura pouco inclusiva e muitas vezes desvalorizadora do contributo, que sempre procurámos dar, no sentido da melhoria das condições de vida das nossas populações. Apesar destes constrangimentos, mantivemos uma postura firme, exigente e vigilante, apresentando propostas, levantando questões pertinentes e fiscalizando o trabalho do executivo, sempre com o objetivo de defender o interesse público e assegurar a transparência da governação local. Assim, posto isto, somos levados a fazer algumas considerações que consideramos muito pertinentes e para as quais não conseguimos obter, em tempo útil, explicações que consideremos ajustadas ou plausíveis para alguns temas/assuntos, dos quais destacamos: -----

Passou a palavra ao Membro Cláudia Gonçalves para esta enumerar: -----

“A - O PROJETO BEIRA RIO. Este projeto foi financiado pela AD ELO, em 80%, do seu valor final, cabendo o restante montante (20%), ao cargo do executivo, e que foi dado a conhecer em reunião extraordinária, no dia 22 de março 2022, pelo executivo, à oposição, no sentido de ser analisado e aprovado, para que se fizesse a candidatura, que terminava daí a três dias. O executivo, na reunião, convocada para o efeito, apresentou o projeto, que iria candidatar, e que anexamos a esta exposição, para atestar o que referimos, bem como para que toda a população possa analisar e inferir as suas próprias conclusões. Posto isto voltamos à questão do Parque Beira Rio, nomeadamente o projeto inicialmente previsto e o que acabou, de facto, por ser executado. Tal como foi apresentado e aprovado na reunião extraordinária de 22 março de 2022, o projeto contemplava a construção de um edifício de raiz, substituindo a atual estrutura em madeira, bem como uma zona de apoio anexa. Este era o projeto que nos foi dado como final e fechado. Na última

reunião, foi-nos dito que não se tratava de um projeto definitivo, mas apenas de um plano de intenções. Continuamos a afirmar que essa não foi, de todo, a versão transmitida na altura. Ainda assim, mesmo que aceitássemos essa explicação, é inegável que, após a negociação e aprovação desse plano de intervenções, caberia ao executivo informar esta Assembleia de todas as alterações ocorridas e das respetivas razões. A ausência dessa comunicação torna todo o processo pouco claro e levanta dúvidas quanto à sua transparência. Mais grave ainda: se o projeto final, aquele que foi efetivamente executado contempla menos obra do que o inicialmente previsto, como se justifica que o valor base se tenha mantido inalterado em relação ao plano inicial? E como se justifica, ainda por cima, que esse valor tenha sido agravado por derrapagens e atrasos na execução? Parece-nos evidente que o valor pago é desproporcionado face à obra que efetivamente foi realizada. Por isso, solicitamos formalmente o acesso a toda a documentação associada ao processo: contratos de adjudicação, revisões orçamentais, relatórios de execução e justificações para os aumentos de custo. Relativamente à componente viária do projeto, sabemos que a responsabilidade dessa obra é do Município. No entanto, se a via foi intervencionada, por que motivo não foi executado o que estava inicialmente previsto? A segurança rodoviária continua por resolver, nomeadamente num nó crítico desta estrada, pondo em risco diariamente os utentes da via. Infelizmente, este caso é mais um exemplo de como as obras em Pereira parecem ser pensadas não para resolver os problemas reais das pessoas, mas para causar impacto visual, sobretudo em épocas eleitorais. ----

B - Venda do Terreno da Junta de Freguesia em Hasta Pública. Enquanto força da oposição nesta Assembleia de Freguesia, não podemos deixar de expressar a nossa preocupação e de exigir esclarecimentos sobre o processo de venda de um terreno da Freguesia através de hasta pública, do qual soubemos na última assembleia, realizada, através da interpelação feita a este executivo, pelo freguês António Augusto Torres, enquanto membro do público, presente. Assim, e porque se trata de um assunto com implicações relevantes para o património público, e consideramos que a transparência, o rigor e a responsabilidade devem ser os pilares de qualquer processo deste tipo. Face à informação até agora disponível incompleta e pouco clara vimos, por isso, solicitar respostas concretas aos seguintes pontos: Onde e como foi feita a divulgação da hasta pública? Considera a Junta que a publicidade realizada foi suficiente para garantir o conhecimento alargado da venda por parte dos potenciais interessados? Quais os critérios definidos para a hasta pública? Quem aprovou as condições e os termos da venda? Existiu alguma comissão de acompanhamento do processo? Quem é o comprador do terreno? Tem ou teve esse comprador alguma ligação profissional ou pessoal com membros do executivo? Qual foi o valor da proposta vencedora? Houve outras propostas apresentadas? Se sim, quantas e de que valor? Após a aceitação da proposta, foi necessário proceder a retificações das áreas do terreno, (informação partilhada pelo freguês acima identificado), somos obrigados a inquirir: Porquê? Como se chegou a essa necessidade? Quem



assumiu essa responsabilidade? Qual é afinal o valor final da venda, após os ajustamentos feitos? Por que motivo não foi realizado um levantamento topográfico rigoroso antes da alienação do terreno? Considerando a natureza do bem em causa, património público, não deveria esse levantamento ter sido obrigatório para garantir a transparência e a segurança jurídica do processo? O nosso papel enquanto oposição é claro: fiscalizar, questionar e defender o interesse público. E é exatamente isso que estamos aqui a fazer. Esta operação levanta sérias dúvidas quanto à sua condução e lisura, e acreditamos que os fregueses têm direito a respostas claras. Solicitamos, por isso, que nos sejam facultados por escrito todos os documentos relevantes relacionados com este processo, nomeadamente: O edital da hasta pública; as propostas apresentadas; o contrato de venda; o levantamento técnico, assim como a ata de retificação de área e cálculo final do valor de venda. Aguardamos resposta a estas questões com a urgência e transparência que a situação exige. Não deixaremos este assunto sem o devido esclarecimento.” -----

Passou a palavra ao Membro Cláudia Sousa para esta continuar: -----

"C - Intervenção no cemitério da freguesia. Esta é uma proposta apresentada pela nossa bancada, aprovada por este executivo e para a qual foi criada uma rubrica no orçamento, com verba alocada especificamente para esse fim. No entanto, constatamos que, até à data, as obras continuam por concluir. Para além disso, o valor inicialmente previsto nessa rubrica foi, por diversas vezes, transferido para outras áreas, comprometendo a concretização atempada desta intervenção que consideramos essencial. É importante recordar que, sempre que houve propostas de alteração orçamental, por parte do executivo, a nossa bancada optou pela abstenção. Fomos coerentes nessa posição porque entendemos que a responsabilidade pela gestão e execução do orçamento cabe exclusivamente ao executivo. Contudo, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação. Mais uma vez, consideramos que estamos perante uma clara falta de planeamento e de rigor na gestão dos dinheiros públicos. A população merece mais seriedade e eficiência na condução dos assuntos da freguesia, especialmente quando se trata de obras que tocam na dignidade e no respeito pelos nossos entes queridos. Esperamos que esta situação seja rapidamente corrigida e que o executivo apresente explicações claras e medidas concretas, para garantir que a obra seja concluída, com a urgência e o respeito que merece. -----

D - Acessos da Urbanização Quinta S. Luís. A nossa bancada tem vindo a questionar, ao longo dos últimos quatro anos, de forma firme e persistente, o tema dos acessos da Urbanização Quinta S. Luís, que, na verdade, já atravessava mandatos anteriores. Foi uma luta constante da qual nunca abdicámos, por acreditarmos na importância desta intervenção para a freguesia e para a qualidade de vida dos nossos cidadãos. É com sentido de dever cumprido que reconhecemos que, na reta final deste mandato, a obra foi, em parte, operacionalizada, algo que durante anos parecia inatingível. No entanto, importa fazer um balanço honesto e objetivo. Ao nível da mobilidade pedonal,

reconhecemos que houve melhorias, especialmente no que diz respeito à acessibilidade e segurança para os peões. Este era, e continua a ser, um aspeto fundamental. Contudo, no que respeita ao trânsito rodoviário, a situação mantém-se praticamente inalterada, sobretudo para os veículos pesados. As faixas de rodagem não foram alargadas, o que continua a representar um problema real para a circulação segura e eficiente destes veículos. E mais: verificamos com preocupação que, fruto da pressão em avançar com a obra, infelizmente, sem o devido planeamento, o problema da drenagem das águas pluviais voltou a ser descurado, tendo-se inclusive colocado no muro "buracos", abertos para o passeio, através dos quais sairão as águas perdidas, no interior do terreno. É uma falha que, em períodos de maior precipitação, poderá comprometer o investimento agora realizado e, acima de tudo, a segurança de todos. Reforçamos, por isso, a necessidade de pensar e executar obras com visão de futuro, de forma integrada e sustentável. O nosso compromisso mantém-se: defender os interesses da freguesia com responsabilidade, exigência e espírito construtivo." -----

Passou a palavra ao Membro Cláudia Gonçalves para esta continuar: -----

"E - Limpeza de valetas e caminhos: mais uma promessa por cumprir. Sobre a limpeza das valetas e caminhos da freguesia, têm sido muitas as reclamações que surgem nas redes sociais. A nossa bancada considera inadmissível que, em pleno século XXI, continuem a ser os cidadãos a reclamar diariamente por uma tarefa que é da mais básica competência da junta de freguesia. Importa lembrar que foi celebrado um protocolo de transferência de competências com o Município, que a junta aceitou voluntariamente. Na localidade dos Casais Velhos, chegaram-nos várias queixas relativas a um caminho por limpar, o que impedia os proprietários de aceder aos seus terrenos e realizar a devida manutenção. Após diversos pedidos, depois de um elemento da junta se ter deslocado ao local, inclusive para tirar fotografias, e após o presidente ter afirmado que "não havia verbas disponíveis", eis que, subitamente, aparece uma empresa privada a fazer o trabalho... e precisamente num sábado, coincidentemente no mesmo dia, em que os recandidatos da atual junta estavam no terreno a fazer campanha eleitoral. Queremos deixar bem claro que este tipo de atuação não representa trabalho em prol da população, mas sim em função do voto. Não havia dinheiro, porque a verba prevista para esta rubrica no presente ano civil foi integralmente canalizada para outros fins. Se houvesse um planeamento adequado e atempado, não teriam sido necessárias tantas reclamações dos cidadãos, nem tão pouco a contratação de empresas externas, quando o Município dispõe de maquinaria própria para este tipo de intervenção. Esta situação demonstra, mais uma vez, uma clara falta de organização, prioridades mal definidas e uma atuação que parece visar mais a propaganda do que o bem-estar da freguesia. -----

F - Inauguração do Largo da Feira. Sobre este tema, começamos por perguntar: para quando a reposição da feira mensal neste espaço, recém-criado e local de origem da mesma? O executivo sabe que está em falta com os feirantes e com a população. Há cerca de 24 meses que a feira não



se realiza no seu local habitual, quando o tempo previsto para a obra era de apenas 6 meses. Os feirantes estão desesperados, sofrendo grandes perdas de vendas, devido ao espaço provisório onde a feira tem decorrido, desde o início da intervenção. É, no mínimo, lamentável que uma obra com prazo de seis meses, ao fim de dois anos, seja inaugurada com pontos ainda por concluir. Ao contrário do que a Junta de Freguesia afirma, há responsabilidades claras a cumprir: exigir, a quem de direito, o que a lei permite e o que melhor serve os interesses da freguesia. Mais lamentável ainda, é o facto de os cidadãos de Pereira não terem sido convidados para a inauguração de uma obra que é da terra e para a terra. Relativamente aos órgãos desta bancada, o convite chegou por email, apenas 11 horas antes da realização do evento, o que consideramos uma total falta de respeito institucional. Este episódio espelha a consideração que a Junta de Freguesia e o Presidente da Mesa deste órgão, demonstram pelas pessoas da Vila de Pereira, bem como pelos seus representantes eleitos democraticamente.

O Presidente da Assembleia repete o que disse no início do ponto 3 sobre o envio do convite para a inauguração, que demorou menos de uma hora entre a receção por email do convite e a partilha com todos os Membros da Assembleia, pelo que a observação de Cláudia Gonçalves é incorreta, pois o Presidente da Assembleia não tem responsabilidade na hora a que lhe foi enviado.

Mas não é essa a razão da advertência, esta é feita para lembrar à bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP que, de acordo com o Regimento, cada bancada para intervir tem direito a 5 minutos mais três minutos por cada Membro. No caso dá catorze minutos. Ora a bancada "Unir pela Mudança", da coligação PPD-PSD/CDS-PP já está a intervir neste ponto há mais de 30 minutos e parece não ter intenções de terminar, pelo que pede que sejam breves e que terminem.

O Membro Cláudia Gonçalves interrompe para dizer que têm o direito de se dirigir à população e o Presidente da Assembleia reforça que existem regras, existe um Regimento, em cuja elaboração a bancada participou, e pergunta se pretende que lhe diga de novo o que lá está, ou seja que têm direito a catorze minutos e já vão em mais de trinta. Já houve, portanto, muita tolerância na intervenção desta bancada. O Membro Cláudia Gonçalves diz que é importante fazer o resumo do mandato e o Presidente da Assembleia informa que têm que sintetizar e que não devem esperar fazer aqui e hoje aquilo que não conseguiram fazer durante quatro anos. Nem sequer se atrevam a acusar depois que não somos democratas, quando em boa verdade vos permitimos estenderem-se mais do dobro do tempo a que teriam direito. Pediu mais uma vez, por favor, para concluírem.

O Membro Cláudia Sousa continua:

"O tema que pretendo abordar agora é a multa da União Europeia a Portugal, concelho de Montemor-o-Velho, Pereira. Face às graves notícias veiculadas na comunicação social..."



O Presidente da Assembleia interrompeu para informar que estava a ser abordado um assunto que era de outro ponto da ordem de trabalhos. O Membro Cláudia Sousa disse que o queria abordar agora e que tinha sido combinado que seria assim. O Presidente da Assembleia disse que não era isso o combinado, que ainda estávamos no ponto três, não era a bancada do PPD-PSD/CDS-PP quem decidia quando e onde se encerrava ou abria um ponto. Ainda havia respostas para dar no ponto três e o ponto cinco seria aberto quando o Presidente da Assembleia o indicar. Quem coordena e é soberana é a Mesa, não é nenhuma bancada. Há pontos pré-determinados para abordar certos temas e a ordem tem de ser respeitada. Parece incrível que ao fim de quatro anos a bancada do PPD-PSD/CDS-PP ainda não tenha compreendido as regras de funcionamento. Há um Regimento, em cuja elaboração o PPD-PSD/CDS-PP participou, mas que está constantemente a desrespeitar. Cláudia Gonçalves insiste que é o entendimento da sua bancada falar agora sobre este assunto. O Presidente da Assembleia informa que se a bancada insistir no que está a fazer, que não o vai permitir, e dará como terminada a intervenção. Cláudia Sousa pergunta se não pode abordar este assunto e o Presidente da Assembleia responde que, claro que sim, quando chegar ao ponto cinco ser-lhe-á dada a palavra e poderá abordar, uma vez que o requerimento é da bancada. É assim que funciona uma Assembleia, informa, e diz que não percebe onde andaram os Membros da bancada nos últimos quatro anos para não saber isso. Pediu mais uma vez, por favor, para concluírem. -----

O Membro Cláudia Sousa continua: -----
“CONCLUSÕES: Chegados à última Assembleia deste mandato, a bancada da oposição não poderia deixar de dirigir algumas palavras de reflexão e de compromisso. Muito mais poderíamos falar e apontar, contudo o que aqui deixamos consideramos ser suficiente para mostrar o que não foi feito em prol dos nossos habitantes e das suas famílias. Ao longo destes anos, procurámos cumprir o papel que nos foi confiado pelos eleitores: fiscalizar com responsabilidade, propor com sentido construtivo, e dar voz às preocupações reais da nossa freguesia. Nem sempre fomos ouvidos, nem sempre houve consenso, mas mantivemo-nos firmes no propósito de defender o interesse coletivo. Queremos agradecer a todos os que participaram ativamente na vida da freguesia, nas reuniões, nas sugestões e nas críticas porque a democracia local constrói-se com todos, e não apenas com os eleitos. Ao longo deste mandato, mantivemos uma postura coerente, séria e construtiva. Fiscalizámos, propusemos, denunciámos quando necessário e, acima de tudo, estivemos atentos à realidade e às necessidades da nossa freguesia. Dirigimo-nos agora diretamente à Junta de Freguesia para expressar o nosso descontentamento pela forma como este executivo conduziu os destinos da nossa terra. Faltou capacidade para fazer valer um trabalho isento, equilibrado e verdadeiramente focado no bem comum. Assistimos, demasiadas vezes, a decisões que parecem ir ao encontro apenas de alguns, em vez de abraçarem o todo, como se a freguesia não fosse de todos

e para todos. A gestão da causa pública exige imparcialidade, justiça e visão de conjunto, e foi isso que sentimos faltar ao longo destes anos. Aos cidadãos Pereirenses, reiteramos o nosso compromisso: continuaremos a ser uma voz ativa, atenta e determinada na defesa dos interesses coletivos, na construção de uma freguesia mais justa, mais coesa e mais participada. A freguesia merece mais, e nós estaremos por perto para o exigir. Viva a Democracia! Viva a Vila de Pereira! Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

O Presidente da Assembleia, antes de passar a palavra à Junta de Freguesia, intervém para esclarecer algumas observações que foram feitas ao longo da intervenção da bancada PPD-PSD / CDS-PP com as seguintes palavras: -----

*“Lamentar que a bancada “Unir pela Mudança”, da coligação PPD-PSD/CDS-PP, ao fim de quatro anos de mandato não saiba o que é e como estar numa Assembleia de Freguesia, que tem uma Mesa, e essa Mesa tem competências. Chamar “despotismo arrogante” à boa coordenação dos trabalhos, à disciplina e ao rigor por o Presidente da Assembleia usar as competências que lhe estão conferidas por Lei é muito mais que feio. O tipo de linguagem usada para se referirem ao Presidente da Mesa não é nada ético, é abusivo, e apenas envergonha e desqualifica quem a usa. -----
Porque o Presidente da Mesa tem responsabilidades, tem competências e tem poderes previstos na Lei. Dentro desta sala não desempenhamos todos o mesmo papel. Os Membros têm direito à opinião pessoal, mas o Presidente tem que deliberar e decidir na hora. Está legitimado pelo Regimento, em cuja elaboração a bancada participou, e onde está escrito quem delibera. E se cometer ilegalidades, o que nunca foi o caso, responderia por isso. A bancada pode fazer a interpretação que quiser, aliás, é curioso terem dito: “o artigo é omissivo, e nós entendemos que...”. Tudo bem, entendem ou “interpretam”, no seu direito, mas o Presidente da Mesa também “interpreta” e enquanto Presidente da Assembleia, é quem dirige os trabalhos, é quem tem de tomar decisões no momento. O Presidente da Assembleia tem a ideia de que, por vezes, a oposição não compreende bem como funciona uma Assembleia. -----*

A propósito da pretensa crítica por responder em vez da Junta, lembrar também o princípio da separação de poderes, que é extremamente importante: a Junta de Freguesia não faz parte da Assembleia. Esta Assembleia é um órgão independente. A Assembleia são estas nove pessoas aqui presentes. A Junta de Freguesia está aqui nos termos consignados na Lei, não faz parte deste órgão. Ora, quem conduz os trabalhos e dá a palavra à Junta de Freguesia é a Mesa, e o Presidente da Mesa não são os senhores, enquanto bancada, nem o público, que decidem se o senhor Presidente da Junta fala ou não. Isso compete à Mesa e ao seu Presidente, no uso das competências previstas no Regimento, que os senhores ajudaram a aprovar. Está escrito, seria bom que que lessem o Regimento. Chegados a esta altura, na última sessão do mandato, desconhecer aquilo que aqui está



escrito, quais são as regras e criticar em erro não é muito cordial. -----
No que respeita às decisões que o Presidente da Assembleia tem de tomar, está claro que cabe a ele interpretar e coordenar os trabalhos, leiam a Lei e leiam o Regimento. -----
E não, Senhor José Marques, não se ponha aí a brandir o Regimento para dizer que o tem, o que era bom era que o tivesse lido para não estar a contestar de forma incorreta como está a fazer. O que seria bom era que o respeitasse para não dizer os dislates que disse. E depois, saber que há um Presidente para tomar decisões quando há dúvidas, para interpretar divergências ou identificar lacunas no Regimento, para abrir e dirigir os trabalhos, para manter a disciplina nas sessões, para dar a palavra, para retirar a palavra, para encerrar os pontos, para impedir discussões, ou até diálogos, entre muitas outras competências. Há aqui muitos artigos que regulam isto. As situações a que se referiram são situações em que membros da bancada entraram abusivamente em diálogo. Numa Assembleia há momentos e há regras para intervir. Os senhores têm a vossa oportunidade, há uma resposta, e é ainda dada mais uma ou duas oportunidades e já abrindo exceções. E, mesmo assim, continuam a falar uns por cima dos outros, a atropelar-se, conforme lhes ocorre algo, a intervir dois ou três membros sobre o mesmo assunto. Não é assim que funciona uma Assembleia. O Presidente da Assembleia diz que sempre dirigiu a Assembleia da forma mais isenta possível. E da mesma forma que pediu silêncio à bancada "Unir pela Mudança", da coligação PPD-PSD/CDS-PP, quando entendeu que o devia fazer, também o fez com a outra bancada, e também pediu à Junta, e a Membros da Junta, ou ao público, que não interviessem quando entendeu que não era altura ou que o tema não era da competência ou do ponto em apreço. Todos aqui sabem disso. Foi igual para todos. Portanto, apenas exerceu as suas competências. Dizerem aqui que responder a este ou aquele assunto era da competência do executivo não corresponde à verdade e revela desconhecimento do funcionamento de uma Assembleia. A competência de dirigir e decidir no momento sobre o funcionamento da sessão é do Presidente da Assembleia, e de mais ninguém. ---
Agora, a opinião é livre e a democracia é isso mesmo: ouvir e respeitar opiniões. Mas, nos órgãos, é preciso conhecer as regras de funcionamento e a hierarquia do órgão. E este órgão tem uma hierarquia. É lamentável que isso seja desconhecido por quem andou por aqui quatro anos e, muito pior, depois não resista a produzir insulto gratuito como o que foi aqui usado." -----

De seguida o Presidente da Assembleia José Carlos Leite pediu à Junta de Freguesia o favor de responder às questões que forem possíveis. Pediu ainda que fizessem chegar toda a documentação requerida, para que depois se possa enviar conforme o solicitado. -----

O Presidente da Junta António Ferreira responde às questões colocadas, iniciando a sua intervenção com as seguintes palavras: -----

"Sinto-me muito, mas mesmo muito triste hoje. Depois de quatro anos de trabalho, depois de tudo



o que foi feito, ver estes pontos agora levantados é triste. E é triste porque só surgem agora, por causa das eleições. Essas questões foram mais do que debatidas aqui, ao longo do mandato. Vou começar pelo Sr. José Marques, relativamente à água da Fontinha. Essa questão está mais que ultrapassada. O senhor sabe muito bem que aquela água não pode ser controlada. O que deviam ter feito era o que eu fiz: pedi à Câmara Municipal para fazer um furo em Santiago, para garantir água à população com dignidade e segurança. Esse furo está feito. Está aqui a ABMG, que pode comprovar e até informar quando a bomba será ligada. Isso sim, Sr. José Marques. Porque não é por água a correr por tubos que neste momento até são impróprios, e o senhor sabe disso tão bem quanto eu e sejam honestos. Façam política positiva, não negativa. Isso é o que me revolta. Sobre a estrada da Senhora do Pranto: o senhor esteve na Junta e na Câmara Municipal, mas o senhor nunca resolveu. Eu estou a resolver. E posso garantir, aqui, que a estrada será arranjada. Já falei com o responsável da Câmara e essa intervenção será feita. Estou aqui para resolver os problemas da população. Sou Presidente da Junta de todos, não apenas de alguns, como o senhor insinuou. Quanto às obras realizadas: querem mais? Não sei o que pretendem mais. Ponham a mão na consciência e digam onde e quando é que se fizeram tantas obras em Pereira como agora. Digam e apresentem motivos reais para contrariar o que afirmo. Isso sim, era o que gostava de ver. Em relação ao projeto da Beira Rio: todos sabem que trabalhar com empreiteiros não é fácil. A Junta fez tudo o que estava ao seu alcance para garantir que a obra fosse concluída no prazo limite. Mas o empreiteiro, dentro do seu direito, foi arrastando. Neste momento, os documentos estão todos preparados. Já deveriam ter analisado isso antes não agora, em tempo de eleições. Sobre o cemitério da freguesia: essa é outra questão. O cemitério foi executado em duas tranches. A última está em execução e será concluída antes das eleições. Quanto aos passeios da Urbanização de São Luís: se não fosse eu, esta senhora ao meu lado, a Sofia Peixeira, o Sr. Coimbra e o vereador Veríssimo, aquilo não se resolvia. Ao fim de 18 anos, finalmente ultrapassámos aquele bloqueio. O Sr. José Marques passou por lá e nada fez. Quem resolveu o problema fomos nós. Tenho todas as provas do que digo. Trabalho todos os dias para a população. 24 horas por dia, não apenas duas horas. Em relação à limpeza das valetas: a intervenção só não foi feita mais cedo porque a Proteção Civil não permitia. Sabem quanto tempo os tratores estiveram impedidos de entrar nas matas? Não sabem, pois não? Aquela estrada estava adjudicada há mais de seis meses. Simplesmente, não era permitido intervir. Assim que foi possível, o trabalho foi feito. Sobre a zona da feira: toda a gente sabe que a obra não foi concluída por culpa do empreiteiro. A Junta de Freguesia só pode receber uma obra concluída pela Câmara. Assim foi feito agora. As únicas pessoas prejudicadas com isto fomos nós, Junta de Freguesia, porque nem a pudemos inaugurar. Contra o que a Dra. Cláudia disse, os fregueses não foram prejudicados. E eu não me valho de inaugurações para recolher votos de todo. Aliás, neste momento, é expressamente proibido fazer inaugurações. Se não sabia, fique a



saber. Eu não correria esse risco. A minha família merece muito mais do que isso. O que houve foi uma passagem de protocolo de cedência do espaço para a Junta de Freguesia não houve nenhuma inauguração. Assim como o espaço da Beira Rio só depois das eleições haverá inauguração. O trabalho foi desta Junta. Estou aqui por amor à camisola, trabalho no dia a dia com dedicação total aos Pereirenses, que merecem todo o meu esforço. Agora, quanto à política: Sra. Dra. e companhia, eu sou Pereirenses desde que nasci. Já passei pela Cruz Vermelha, por várias coletividades de Pereira, e sempre estive ao lado da população. Sempre.” -----

O Presidente da Assembleia dá a palavra à bancada do PS, e Natércia Reis, como representante da bancada do PS, intervém com as seguintes palavras: “Caríssimo Presidente da Assembleia de Freguesia de Pereira e restantes membros da Mesa de Assembleia, caríssimos membros do executivo da Junta Freguesia de Pereira, caríssimos membros da bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP, digníssimos Pereirenses: -----

A bancada do PS quis, nesta que será a última assembleia de freguesia, deixar uma apreciação reflexiva sobre o propósito aqui desenvolvido ao longo destes 4 anos de mandato. A nossa primeira apreciação dirige-se à Mesa da Assembleia de Freguesia que, no decorrer do presente mandato, desempenhou com dedicação, rigor e sentido de responsabilidade as funções que lhe foram confiadas, assegurando o bom funcionamento da Assembleia e dignificando o exercício democrático ao serviço dos Pereirenses. O Presidente da Assembleia de Freguesia exerceu as suas funções com elevado sentido de responsabilidade e espírito democrático. Presidiu as sessões com imparcialidade, assegurando a ordem e o cumprimento da lei e do regimento, promoveu a participação equitativa de todos os membros eleitos e conduziu os debates com clareza e transparência. As suas competências de liderança, comunicação e mediação foram decisivas para a condução firme e eficaz dos trabalhos, revelando profundo conhecimento da legislação autárquica e permanente compromisso com os valores da transparência, da ética e do serviço público. Enquanto representante institucional da Assembleia, dignificou o cargo com postura ética, transparente e responsável. Os Secretários da Mesa desempenharam as suas funções com rigor, descrição e sentido de responsabilidades colaborando de forma próxima com o Presidente na condução e organização das sessões. Importa reconhecer o esforço, dedicação e empenho numa das tarefas mais exigentes, e muitas vezes menos visíveis, do funcionamento desta assembleia: elaboração das atas. A sua redação exigiu atenção minuciosa, capacidade de síntese e, sobretudo, um exercício de rigor, de responsabilidade e de imparcialidade, assegurando o registo fiel e completo das deliberações, das presenças e das votações, preservando assim a memória institucional da Assembleia. A nossa segunda apreciação dirige-se ao executivo da junta de freguesia. Ao concluir este mandato, é de inteira justiça enaltecer o trabalho realizado pelo executivo, cuja ação, muitas vezes discreta, exigiu dedicação constante, espírito de serviço público e resiliência perante os desafios. O esforço coletivo

dos seus membros demonstrou que, mesmo perante recursos limitados, a Junta de Freguesia desempenha um papel insubstituível na vida da comunidade, constituindo-se como a estrutura autárquica mais próxima dos cidadãos e a primeira resposta às suas necessidades quotidianas. A Secretária, pela sua ação rigorosa e organizada, assegurou a gestão administrativa e documental da Junta, promovendo a transparência e a eficiência, determinante para o bom funcionamento dos serviços e para a confiança dos fregueses na instituição. A Tesoureira, com responsabilidade e rigor, conduziu a gestão financeira da freguesia, zelando pela correta aplicação dos recursos públicos e pela sustentabilidade das contas. O seu trabalho garantiu que cada investimento fosse realizado com equilíbrio e visão de futuro, respeitando sempre os princípios de transparência. O Presidente da Junta destacou-se pela proximidade, capacidade de liderança, coordenação e representação da freguesia junto das diversas entidades, garantindo que as necessidades da população fossem devidamente defendidas e reconhecidas. Importa realçar que os fregueses reiteraram a confiança na liderança do nosso Presidente de Junta, que ao longo dos seus mandatos, garantiu o cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, bem como o exercício responsável e rigoroso das funções que lhe foram confiadas. Estes mandatos foram pautados por um permanente compromisso de proximidade com a população, de transparência na gestão autárquica e de eficiência na aplicação dos recursos públicos, sempre com a finalidade maior de servir o interesse coletivo da freguesia. Nestes últimos quatro anos é indiscutível, e visível para todos, a substancial valorização da nossa freguesia destacando-se: a requalificação das zonas de acesso à Vila, como a rotunda da Queijadinha, o alcatroamento do acesso da urbanização à EBI de Pereira; o alcatroamento da Estrada Circular dos casais velhos; a requalificação do Largo do Terreirito e a construção do acesso seguro à urbanização Quinta de São Luiz (em conclusão); a requalificação dos parques infantis, a requalificação dos lavadouros, do parque Beira-Rio e do "Largo da Feira" onde os fregueses, desde os mais novos aos mais idosos podem disfrutar de um espaço de lazer com mais dignidade, reunindo também melhores condições para promover as mais diversas atividades (comerciais, culturais, de lazer, desportivas, etc.); a promoção da saúde através da instalação de equipamentos de exercício no "Largo da Feira"; a criação da Biblioteca na Junta de Freguesia; a criação da agenda cultural compilando todos os eventos da nossa freguesia (culturais, de lazer, desportivos e de saúde); a valorização da nossa história através do mural desenhado pelo digníssimo freguês Bráulio Figo; e a requalificação do cemitério. A nossa terceira apreciação dirige-se aos membros da bancada da oposição, coligação PPD-PSD/ CDS-PP, reconhecendo o seu papel, cuja intervenção ao longo dos últimos quatro anos contribuiu de forma construtiva para o enriquecimento do debate democrático e para o fortalecimento das decisões tomadas em prol da freguesia. Através da sua ação crítica e responsável, a oposição desempenhou o seu papel no escrutínio da atividade do executivo, com transparência e incentivando a melhoria contínua da



governação local. O confronto de ideias, o debate de propostas e a apresentação de diferentes perspetivas permitiram consolidar uma gestão mais equilibrada e participada, sempre em benefício dos fregueses. Embora com diferentes ideologias políticas e sensibilidades, todos os membros autárquicos partilham um objetivo comum: servir e querer o melhor para os Pereirenses. Uma final apreciação prende-se com a importância de uma maior presença do público nas Assembleias de Freguesia. A presença dos fregueses nestas sessões contribui significativamente para o reforço da transparência dos processos deliberativos e para a promoção de uma gestão mais próxima e esclarecida. Através da sua participação, os fregueses têm acesso direto à informação sobre os projetos em curso, as decisões tomadas e os resultados alcançados, permitindo-lhes compreender com maior profundidade os trabalhos desenvolvidos pelo executivo. Acreditamos que o aumento da participação cívica será determinante para consolidar uma freguesia mais informada, coesa e democrática. Em conclusão, à bancada do PS cumpre enaltecer o empenho, a dedicação e o sentido de responsabilidade demonstrados por todos os elementos que constituem a Assembleia de Freguesia. Cada membro, no exercício das suas funções, contribuiu de forma ativa e construtiva para o desenvolvimento da freguesia, pautado pelo respeito institucional, princípios democráticos e pelo compromisso com o interesse público.” -----

O Presidente da Assembleia dá a palavra à Junta de Freguesia. O Presidente da Junta agradece as palavras da bancada do PS: *"É sempre bom ouvir palavras de conforto e gratidão dirigidas à Junta de Freguesia. Agradecemos sinceramente o reconhecimento pelo esforço que desenvolvemos diariamente em prol da comunidade. Em nome da Junta de Freguesia, o nosso muito obrigado." ---*

O Presidente da Assembleia tal como a Junta, também agradece as palavras da bancada do PS. ----

O Presidente da Assembleia deu como encerrado o ponto três e, face ao anteriormente combinado, informou que se iria passar ao ponto cinco da ordem de trabalhos e depois se voltaria ao ponto quatro e outros da ordem estabelecida. -----

5. Análise do pedido, da Coligação PPD-PSD / CDS-PP, de informações/explicações relativamente à sanção imposta pela Comissão Europeia a Portugal, e apresentação de resposta pelo Executivo da Junta de Freguesia; -----

O Presidente da Assembleia informou que este ponto foi introduzido a pedido e sob requerimento da bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP, que solicitou esclarecimentos por e-mail, com carácter de urgência, e pediu a inclusão desse ponto na ordem de trabalhos em sessão da Assembleia de Freguesia. Em seguida, procedeu à leitura do respetivo e-mail: -----

"Assunto: Pedido de esclarecimento urgente e inclusão de ponto na ordem de trabalhos da próxima Assembleia de Freguesia" -----

Exmos. Senhores Presidente da Junta de Freguesia e Presidente da Mesa da Assembleia da Freguesia da Vila de Pereira. -----

Na qualidade de Presidente da Bancada da Oposição pela Coligação PPD-PSD / CDS-PP, venho, por este meio, expressar o nosso profundo lamento pelo facto de, até à presente data, não ter sido prestada qualquer explicação pública relativamente à sanção imposta pela Comissão Europeia a Portugal, em específico à Vila de Pereira, devido a falhas no tratamento de águas residuais urbanas, na nossa Vila. Lamentamos, em particular, o silêncio absoluto por parte da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal e da empresa concessionária responsável pelo serviço. Perante a gravidade do assunto e o impacto direto sobre a nossa população e sobre o território, consideramos esta ausência de comunicação inaceitável. Exigimos, por isso, que nos seja dada uma explicação formal e detalhada sobre o sucedido, bem como informação devidamente esclarecedora, acerca dos seguintes aspetos: -----

- Quais os passos já dados pelas entidades responsáveis para solucionar o problema; -----
- Quais as medidas aplicadas e previstas para minimizar o impacto imediato deste gravíssimo problema. -----

Reconhecendo que o mês de agosto é, por norma, um período de férias para grande parte da população e dos eleitos, e considerando a proximidade da próxima sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, não consideramos vantajosa a convocação de uma sessão extraordinária neste momento. No entanto, solicitamos que a próxima sessão ordinária seja agendada para a data mais próxima possível, e que este assunto seja incluído como ponto específico na ordem de trabalhos, com a presença de quem possa prestar os devidos esclarecimentos. -----

Sem mais, aguardamos resposta com a brevidade que a gravidade do tema exige. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

Cláudia Sousa -----

Presidente da Bancada da Oposição -----

Coligação PPD-PSD / CDS-PP -----

Assembleia de Freguesia da Vila de Pereira" -----

Exposto o assunto que motivou a inclusão do ponto cinco na ordem de trabalhos, o Presidente da Assembleia concedeu a palavra à bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP.-----

O membro Cláudia Sousa inicia a sua intervenção referindo as seguintes palavras: -----

“Bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP enviou e-mail no dia no dia sete de agosto, um e-mail ao senhor Presidente da Mesa, solicitando esclarecimentos e propondo a realização de uma reunião urgente, deste órgão, no sentido de nos serem dadas explicações sobre toda esta situação. No entanto, esse e-mail não mereceu qualquer resposta. Perante o silêncio, reenviámos a mesma

comunicação no dia 1 de setembro, desta vez com conhecimento do executivo da Junta de Freguesia. A resposta chegou de forma quase imediata, com a promessa de que seria dada uma resposta, atempada ao nosso pedido. Até ao dia de hoje, continuamos a aguardar essa resposta. Quando recebemos a ordem de trabalhos, para esta assembleia percebemos a inclusão da análise desse tema, no referido ponto cinco, e por isso, consideramos que esta ausência de comunicação e de responsabilidade por parte dos órgãos, da freguesia, é profundamente lamentável. É inaceitável que, perante uma situação com potencial impacto ambiental e social, a população continue sem informações claras, precisas e tranquilizadoras. Os interesses da população devem estar sempre acima de qualquer agenda política ou institucional e por isso, esperamos que as explicações que agora nos vão ser apresentadas, já tenham incluídas as causas, as soluções e as medidas que já foram implementadas.” -----

O Presidente da Assembleia diz que não se entende estas palavras da bancada e releu a parte final do email da bancada que é bem claro no pedido “... solicitamos que a próxima sessão ordinária seja agendada para a data mais próxima possível, e que este assunto seja incluído como ponto específico na ordem de trabalhos, com a presença de quem possa prestar os devidos esclarecimentos”. Refere o Presidente da Assembleia que nada mais é pedido, ainda bem que está por escrito a solicitação, que se está a cumprir na íntegra o que foi solicitado e que mais uma vez a bancada do PPD-PSD/CDS-PP critica apenas porque sim. A bancada do PPD-PSD/CDS-PP pediu que o assunto fosse agendado, não pede nenhuma resposta prévia nem nada do que mencionou, ou criticou, na intervenção. Ou seja, o assunto foi agendado para a sessão da Assembleia imediatamente a seguir, que tem um calendário próprio em função da legislação e regras em vigor, e estão presentes representantes da empresa Águas do Baixo Mondego e Gândaras, doravante designada por ABMG, para esclarecimentos. Não se entende qual a razão das críticas da bancada. É também o email da bancada do PPD-PSD/CDS-PP aqui lido a referir não se justificar Assembleia Extraordinária e que pede um ponto específico para esse fim na Assembleia Ordinária seguinte que é esta de setembro. O Presidente da Assembleia refere que ainda bem que o pedido está por escrito, para assim ficar patente que aquilo que a bancada do PPD-PSD/CDS-PP aqui reclama não corresponde ao que escreveram, pelo que a pretensa acusação que aqui traz é, mais uma, infundada. -----

O Presidente da Mesa pede ao Presidente da Junta de Freguesia para que este Órgão se pronuncie, tendo este referido que é um honra os Pereirenses terem voltado nele e confiado nele, e não está aqui por acaso, e na presença dos responsáveis pela ABMG, informa “que em novembro do ano passado tive uma reunião com o Senhor Diretor da ABMG aqui presente, onde foram colocadas por mim várias questões relacionadas com a água nesta Freguesia. Ora bem, a bancada do PPD-PSD/CDS-PP ficou alarmada como eu fiquei e como todas as pessoas responsáveis ficaram. Coloquei de imediato a questão a quem de direito e fui informado que estariam a decorrer obras na ETAR, já

pois todos sabemos como é e estamos habituados a isso. Estamos aqui, no caso que estamos a esclarecer, a falar de parâmetros como “carência bioquímica de oxigénio”, ou do “pH”, ou “sólidos suspensos totais”, ou ainda “azoto” ou “fósforo”. Informa que pontualmente havia, ao longo dos anos anteriores, um ou outro fora dos limites e no último ano de 2024 até existia um comportamento melhor quando comparado com anos anteriores. Para explicar melhor, esclarece que existem limites nos parâmetros que a ETAR tem de cumprir, quer mínimos, que máximos, na descarga do esgoto. Sabe-se que o tratamento dos esgotos é complicado, nem sempre os próprios utentes usam de forma adequada as redes e somos nós, esses mesmos utentes, que, por vezes, até provocamos estas situações. De facto, temos de admitir que há muito caminho ainda por percorrer para termos um serviço de excelência, há um investimento brutal e financiamento naquilo que é conhecido como o Ciclo Urbano da Água, quer a que consumimos, quer a que rejeitamos. Veja-se o exemplo do que vai ser feito no Algarve. A ABMG debate-se com essa dificuldade, também. Não podemos dizer que está tudo na perfeição, pois não está. -----

Portanto, depois de expostas as razões, perante o email da APA, de imediato o Diretor da ABMG elaborou um cronograma com medidas, timings/prazos, custos e outros para enfrentar este problema e foi apresentado à APA. Informa que foi recebido o email desta em 11 de novembro de 2024 e no dia 15 de novembro se pediu uma reunião para saber se a APA considerava o cronograma elaborado o mais adequado. Com o Senhor Diretor Regional de Coimbra Nuno Bravo e com a chefe de divisão Ana Paula Maló o cronograma foi analisado, foi aceite e de imediato se iniciaram as intervenções possíveis de iniciar, com base naquele cronograma, bem como se seguiram outras nele indicadas. Em julho saiu a notícia no jornal, que também preocupou a ABMG e de imediato entraram em contacto com a APA para entenderem as razões. A notícia não acrescenta nem retira nada ao que estava em curso, pois o cronograma aprovado previa que as obras estivessem concluídas durante o ano de 2026. Na ABMG estavam tranquilos pois o prazo que lhes tinha sido concedido era suficiente, foi mais que avaliado, foi mais que discutido, quando surge esta notícia nos jornais. Preocupados com a notícia, voltaram a falar com a APA para saber em que ponto estavam, e se existia algo de novo no processo que desconhecêssem. Foram informados que não, que a notícia era resultados de investigação jornalística sobre documentos que já são públicos e que são informações oficiais da EU. -----

Portanto, e voltando ao processo em curso, já tinham sido feitas as intervenções programadas até à data, a ETAR começou a cumprir e a APA emitiu a licença Título de Utilização. A ETAR tem esse título, está a operar, mas não foi retirada a necessidade de execução das obras para acautelar o futuro e para reforço. A APA tranquilizou-os ainda mais pois dilatou o prazo para execução das tais obras para dezembro de 2027. Ou seja, a ABMG tem até dezembro de 2027 conforme o “Título único ambiental” para fazer as obras que constavam do cronograma. -----

Portanto, houve aqui duas fases, uma com algumas medidas no imediato, outras executadas com mais prazo. A ABMG lançou um concurso que está a decorrer para um procedimento de contratação pública para empresas da especialidade virem fazer essas obras. -----

Chegados aqui, pede ao Presidente da Mesa da Assembleia que permita que o Eng.º Rui Pedro Simões explique essas obras, as que estão feitas e as que serão para fazer, e depois concluirá. O Presidente da Mesa dá então a palavra ao Eng.º Rui Pedro Simões que começa por cumprimentar todos os presentes. Informa que quando a ABMG soube das condições e problemas atuou logo. Chama a atenção que estes tipos de equipamentos são muito sensíveis e que por vezes basta uma época de chuvas mais intensa para termos problemas. Mas, como atrás disse, mal se soube foram logo feitas intervenções na área do bombeamento com o apoio da empresa de consultadoria, operação e manutenção. Foram feitas várias reuniões e avaliações e resultou em alterações ao processo que teve como consequência uma melhoria no efluente a sair para o meio hídrico. A intervenção foi feita com recursos próprios da ABMG e com o apoio da empresa antes citada, e a ETAR, começou a cumprir. A partir de julho, como o Eng.º Idalécio Oliveira referiu a ABMG abriu um procedimento para fazer uma remodelação na ETAR de forma a intervir e melhorar o controle porque esta ETAR de Pereira se desdobra em duas, mas querem torná-la numa só saída, mas para isso têm de fazer a tal intervenção. Vão modernizar a parte elétrica, instalar e melhorar a monitorização que poderá passar a ser feita à distância e permitirá outro tipo de acompanhamento e controle, e com a intervenção também vão melhorar o processo, o tratamento, e tornar-se-á muito mais fácil o controle. Informar que vão ser colocados muitos equipamentos novos num investimento avultado. Para que compreendam a complexidade da intervenção, quase que é mais fácil construir uma ETAR de raiz, do que fazer estas intervenções necessárias em ETAR's existentes. No caso como são duas ETAR's, vão ter de transferir tudo para uma apenas, para intervir em outra. Depois de intervir em uma, têm de fazer o oposto de voltar à primeira para intervir em outra. Mas quando voltam à primeira para a ativar ela vai ter de estabilizar o processo, e isso pode demorar semanas ou meses. Podem ter de ir buscar lamas a outra ETAR para acelerar o processo. Apesar de no final irmos ter uma única ETAR, vamos continuar com dois reatores. Ou seja, há que esperar que um estabilize para intervir em outro. Desde o princípio deste processo que compreendem a legítima preocupação das populações, mas pedem que compreendam que essa também é a preocupação deles. Quer deixar claro que atuaram de imediato com a deteção do problema, foram feitas no imediato intervenções e melhorias básicas, houve bons resultados e vão continuar. Termina agradecendo a presença de todos. -----

O Eng.º Idalécio Oliveira retoma a palavra e diz ser importante referir que a operação não é muito rápida, mas, não obstante a APA lhes dar o prazo até dezembro de 2027, acredita que a intervenção será concluída ainda durante 2026. As obras financeiramente não justificam um prazo tão longo,

até fins de 2027. A única justificação para alguma demora prende-se com a justificação, dada pelo Eng.º Rui Pedro Simões, da estabilização. -----

Termina agradecendo terem ouvido a explicação dada, espero ter sido claro e ter cumprido o que se pretendia em termos de clarificar o tema e os pontos questionados. -----

O Presidente da Assembleia diz que pensa terem sido respondidas as questões colocadas e pergunta à bancada do PPD-PSD/CDS-PP tendo esta anuído que sim. Agradece a presença e o facto de se terem deslocado a esta Assembleia e comunica, dado que os esclarecimentos estão prestados, que se considerem libertos para sair. Satisfeita então a sua participação, o Eng.º Idalécio Oliveira e o Eng.º Rui Pedro Simões despediram-se e abandonaram a sessão. -----

O Presidente da Assembleia deu como encerrado o ponto 5 e, face ao anteriormente combinado, informou que se iria voltar ao ponto 4 e outros da ordem estabelecida. -----

4. Apresentação dos trabalhos efetuados pela Junta de Freguesia no 3º trimestre de 2025 -----

O Presidente da Assembleia passa à leitura dos trabalhos realizados pela Junta de Freguesia, de acordo com o documento elaborado pela Junta e enviado a esta Assembleia: -----

“TRABALHOS EFETUADOS PELA FREGUESIA DE PEREIRA NO PERÍODO DE JULHO A SETEMBRO DE 2025. -----

Corte de ervas com roçadoura no Casal Minhoto, Casais Velhos, Casal da Légua e Entre Valas, corte e limpeza de ervas, e apagar lixos, na Rua do Tojal (desde o Canto do Concelho até à Capela Bom Sucesso), incluindo becos e ruelas, corte ervas nos passeios da Urbanização Qra S Luiz, em vários pontos incluindo recolha de lixos, cortar e limpeza de ervas no Jardim da Vila, ruas por trás da Misericórdia e largo da Igreja Matriz, corte e limpeza da Rua do Cristo, assim como a Rua do Cuidados Continuados, sentido ascendente, corte ervas e limpeza da Rua José Augusto Mendes dos Santos e seus becos, corte de ervas e apanhar lixos na Rua dos Cuidados continuados desde o apeadeiro até à rotunda, corte de ervas no jardim do Polo de Saúde e nas traseiras também, assim como no jardim exterior do Jardim de Infância, corte de ervas, limpeza de toda a envolvente da zona Beira Rio, das escadas de acesso ao Rio, corte de ervas na Rua de S Tiago e apanhar lixos, corte do jardim da junta de freguesia e corte de ervas na Rua Principal desde o lavadouro de Aljaíbe até à “Queijadinha”, incluindo apanhar lixos, corte de ervas e limpeza, na envolvente do gimnodesportivo, corte de ervas e limpeza da Rua da Torre, apanhar lixos na Urbanização e corte de ervas nas caldeiras das arvores, na Urbanização Qta S Luiz, limpeza de toda a zona do Pontão e Largo do Terreirito, cortar ervas e apanhar lixos na Rua da Pedrulha, corte de ervas na Rua de Sta Rita e suas travessas, incluindo apanhar todos os lixos e ervas do corte, assim como na Rua da Cerca, corte de ervas e limpeza de valetas e lixos na Rua dos Cabecinhos, Rua Vila de Pereira e Rua do Vale de Água, limpeza de todos os boieiros da Rua de Aljaíbe, e apanhar lixos, limpeza de toda a zona

para a Feira mensal, junto à Escola EBI e no caminho de acesso à mesma, limpeza do cemitério em todo o seu espaço, realização de funerais, incluindo abertura de cova, correção de campas e limpeza do cemitério, apoio aos trabalhos de limpeza das ruas através da empresa SUMA, e da varredora disponibilizada pelo Município de Montemor-o-Velho, resolução assídua dos problemas de iluminação pública, reporte de buracos na via pública, fugas de água na rede de abastecimento e de saneamento. -----

Apoio ao associativismo – colaboração com a ADCRP em várias iniciativas, nomeadamente: 28º Convívio de Futebol, promovido pela Velha Guarda CAP, 51º Festival de Folclore, organizado pelo Grupo Folclórico da Vila de Pereira, caminhar ao anoitecer, promovido pelo Pereira Trail Running Team, aquisição de 500 T shirts para o departamento de Futebol 11 (sub 15/sub 17/Séniores), caminhada Colorida, torneios de Fut 11, com os escalões de Sub 17 e Sub 15, -----

Apoio a algumas iniciativas que ocorreram na nossa freguesia, nomeadamente: 30º aniversário do Núcleo do Sporting Clube de Portugal (SCP) de Pereira, Festa da Espuma, promovida pela Comissão de Festas N Sra do Pranto, 10º Aniversário da Compasso, -----

-alguns eventos realizados pela Junta, designadamente: Feira sem Regras." -----

O Presidente da Mesa José Carlos Leite informa que são estes os trabalhos e questiona se alguém quer intervir sobre este assunto. -----

Cláudia Sousa da bancada “Unir pela Mudança” coligação PPD-PSD / CDS-PP refere que este tipo de listagem de trabalhos foi a habitual ao longo destes quatro anos, não vai comentar porque os trabalhos estão à vista, mas considere que com um único funcionário no quadro da Junta e uma empresa na Urbanização, o resultado é o que é e que está à vista de todos. -----

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o Presidente da Assembleia deu-o como encerrado. -----

Antes de continuar para o período de intervenções do público o Presidente da Mesa chamou a atenção que esta é a última reunião com estes eleitos. Assim sendo, gostaria que se terminasse o mandato com tudo resolvido e não gostaria de deixar a ata para ser aprovada no mandato seguinte, muito embora nessa circunstância só possam votar membros desse mandato hoje aqui presentes. Assim sendo pede duas semanas para que a ata seja elaborada e numa reunião nossa, posterior, que até pode ser em continuação desta, mas apenas se todos estiverem de acordo, poderemos fazê-lo. Desde que haja acordo e compromisso de todos, será possível, pois não está em causa nenhuma deliberação de responsabilidade, pois tal não aconteceu nesta Assembleia, pois não houve deliberações, apenas houve debate. Pergunta se todos estão de acordo e ninguém obsteu ao procedimento proposto, tendo sido aprovado por unanimidade. Assim sendo o Presidente da Assembleia entrará em contato, combinaremos a acertaremos entre nós, e agilizaremos a melhor



forma de nos juntarmos e de resolver. -----

III. Intervenção do público -----

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nesta sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, foi questionado o público presente se pretendiam obter algum esclarecimento ou colocar alguma dúvida. -----

O Presidente da Assembleia lembra e esclarece que a intervenção do público tem regras e este espaço de intervenção destina-se a que sejam colocados à Mesa dúvidas, sugestões ou pedidos de esclarecimento. Esclarece que não se destina a prolongar debates sobre os temas da ordem do dia nem se destina a intervenções políticas e ainda muito menos a apreciações sobre os membros ou funcionamento desta Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia esclarece que estas são as regras e que faz parte da sua função assegurar que se cumprem, pelo que pede aos intervenientes que respeitem o espaço e a oportunidade de participação. Lembra que é da competência do Presidente da Assembleia dar a palavra, assim como é seu dever retirar a mesma quando houver desvios das regras comunicadas. Foi dada então a palavra aos seguintes Fregueses que se pronunciaram no descrito: -----

O Freguês António Augusto diz que a sua intervenção tem a ver com a reorganização das áreas limítrofes do concelho e respetivas freguesias. Como houve há pouco tempo outra reorganização, foi informado que entre Santo Varão e Pereira houve alterações e neste momento os limites são junto à nova estrada que encostada à ponte e que esta ponte é que é a fronteira. Nessa circunstância a antiga praia fluvial de Pereira encontrar-se-ia agora na freguesia de Santo Varão. Gostaria de confirmar com a Junta se esta informação é verdadeira. Outra questão prende-se com a aplicabilidade do DL 203/2015 que aprova o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto. Chama a atenção para o recente Parque Infantil do Largo da Feira, considerando que este não corresponde às exigências legais. Diz que já alertou na Assembleia Municipal, que os serviços competentes já sabem e deixa o alerta, sendo que também adverte que a fiscalização é da competência da ASAE. -----

O Freguês Gustavo Pancas recomenda que o período de intervenção do público passe para o início das sessões a exemplo que se faz em todo, ou quase todo, o País. Uma das razões é o que se passou hoje dado que se deslocou à Assembleia com o intuito de colocar questões aos responsáveis da ABMG e eles retiraram-se e tal não foi possível. Assim sendo quer mesmo assim deixar questões que considera pertinentes, designadamente perguntando se o prazo que foi dado de dois meses se não houvesse resposta adequada àquilo que são as exigências da Diretiva Europeia, se iria na mesma ser feita uma queixa formal em que o Estado Português seria acusado. Depois perguntou

porque é que não estão reunidos os requisitos e porque é que a única ETAR visada no meio de todas seja a de Pereira. Estas questões merecem resposta pois se as obras vão decorrer durante 2026 as questões levantadas pela UE ficarão por resolver. -----

O Freguês Nuno Rasteiro questiona se é verdade que as águas estão contaminadas e se for verdade o que é que a população pode esperar do executivo em termos de ser protegida no uso dessa água. Ou seja, o que é que foi feito, o que se está a pensar fazer, que entidades foram contactadas, porque o Rio Mondego é o nosso maior recurso hídrico e é de uma importância fulcral para o ambiente e para a economia local e por isso são necessárias respostas, até porque da qualidade da água poderão advir projetos de investimento, ou não. No tocante ao investimento anunciado na ETAR, verifica que há problemas, mas o que se decide é fazer obras em cima do que está mal. Gostaria de perguntar se foi elaborado algum estudo em que se fizesse a comparação entre a construção de uma eventual nova ETAR e esta reparação que vai ocorrer. No tocante ao Paul de Arzila, qual a intenção do executivo e da Junta de Pereira na liderança do processo de gestão do Paul, e o que tem sido feito por isso, pois assistimos em todo o país ao correto aproveitamento destes espaços e aqui a única coisa que conseguimos fazer é dar a volta ao Paul e nada usufruir. Acha que já é tempo de Pereira ter uma palavra a dizer sobre esta assunto. -----

O Freguês José Batista quer transmitir a sua grande preocupação com esta questão da ETAR e que o tema já é bem mais antigo do que a publicação do jornal, pois já vem de 2023. Não é de agora, que a ABMG não tem vindo a cumprir. Acha que o problema nos foi explicado de forma muito superficial e entende que estamos perante um risco e que poderemos ter um problema de saúde pública que não deveria ser visto de forma tão leve. Pede que prestem mais atenção ao problema e que não se deem por satisfeitos apenas com esta explicação. -----

O Freguês Helder Ferreira diz que começa por lamentar a saída dos elementos da ABMG pois gostaria de lhes perguntar que é que eles lá andam a fazer. O que nos disseram é que fizeram reuniões e mais reuniões, mas como diz o Povo sobe-se ao castanheiro e só encontram castanhas verdes. A Comissão Europeia já avançou com processos contra Portugal e o que queria saber é o que foi feito até agora. Entende que o que os responsáveis da ABMG nos transmitiram e nada é o mesmo. Entende que o cumprimento das boas regras nas nossas águas residuais continua a não ser seguido. O Executivo Comunitário deu dois meses a Portugal, foi cumprido ou não, questiona. Outro problema é a fatura, pois nas águas gastamos dez cêntimos, mas depois pagamos mais de trinta. Cobram de esgotos quase o mesmo que se gasta de água. Cobram o lixo e na Urbanização D. Teodora na reciclagem estiveram lixos no chão mais de duas semanas sem recolha e mesmo depois de denunciado não mexeram uma palha, um dedo. Teve que ser um jornal de Coimbra e muita gente de Pereira a falar para que o assunto fosse resolvido. Outro assunto, rebentou um pneu num dos muitos buracos das ruas de Pereira. Reclamou, pagaram-lhe o pneu, mas mesmo depois de ter

informado por várias vezes onde estavam os buracos, demoraram tempos infindos a tapar e a reparar meia dúzia de metros quadrados de estrada. Para terminar, diz que o Centro de Saúde é uma vergonha. Macas podres, depois de denunciado por ele foram substituídas por outras enferrujadas, no verão é um forno, no inverno uma geladeira. A secretária do seu médico de família está toda rota e com a frente toda rebentada. Meteram cortinados nas janelas, com o calor do verão encarquilharam todos. Têm um frigorífico, tão importante para guardar vacinas e medicamentos, emprestado. O telhado qualquer dia cai. Havia tanto para dizer, mas, enfim, tudo se resume a que o nosso Centro de Saúde é uma vergonha. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia agradece a participação e começa por esclarecer: -----
No tocante á intervenção do Freguês Gustavo Pancas, informa que não é verdade que todas as Assembleias do País tenham o ponto de intervenção do público no início da ordem de trabalhos. Algumas têm, outras têm este modelo. Não há dados, não há nenhum tratamento estatístico disso que permita ao Freguês afiançar que todas, ou quase todas, o seguem. O Presidente da Assembleia diz que conhece muitas neste modelo de ser no final, como admite também existem muitas com a opção pelo início. Mas não há dados e ambos são comuns, em pé de igualdade. No entanto, na discussão do Regimento desta Assembleia isso esteve em cima da mesa e por várias ordens de razão chegou-se à conclusão que este modelo é muito mais produtivo para uma Assembleia e, assim, foi adotado por unanimidade. Deliberada e conscientemente, foi esta a opção. Se a próxima Assembleia entender adotar outro modelo, será por eles escolhido. Neste mandato foi essa a decisão tomada por unanimidade. No entanto não pode deixar passar a oportunidade de esclarecer certos equívocos: é que as Assembleias de Freguesia são órgãos autárquicos com competências e responsabilidades elevada, com competências e poderes previstos na Lei e que são a razão da sua existência. Convém que fique claro que as razões principais da existência das Assembleias de Freguesia não são o período de intervenção do público. As Assembleias são públicas, são abertas e dão ao público a oportunidade de trazerem questões e colocarem dúvidas importantes para a autarquia, mas não mais que isso. Daí, são as Assembleias a deliberar sobre o seu modelo de funcionamento que deve privilegiar os poderes e responsabilidades que lhe estão conferidos. -----
O Freguês Helder Ferreira pediu para excecionalmente se pronunciar e, como exceção, o Presidente da Assembleia autorizou. O Freguês perguntou se o Presidente considerava importante o público estar presente, tendo este dito que sim, tendo o Freguês perguntado porque, então, não são criadas condições para o público estar mais confortável em vez de estarem sentados horas em cadeiras pouco ergonómicas, numa sala com poucas condições para estar. -----

O Presidente da Assembleia pede ao Presidente da Junta que responda às questões colocadas. ----

O Presidente da Junta inicia a sua intervenção: -----



Relativamente às questões do Freguês António Augusto, começando pelos limites da Freguesia, informa que não é do seu tempo, mas existia um marco e agora existe uma linha virtual que, essa sim, vai bater a meio da ponte. Agora, uma coisa é certa, o Parque Beira-Rio é nosso. Para evitar equívocos esclarece que a candidatura à ADELO, com o apoio e pareceres da Câmara Municipal, incluindo em projetos, pressupunha o reconhecimento da posse e desse local como sendo de Pereira, doutra forma não poderia acontecer. Quanto ao Parque Infantil o projeto foi elaborado pela Câmara Municipal, a obra é dessa entidade. Esta situação já foi abordada na Assembleia Municipal pelo Freguês António Augusto. Se houver correções a fazer não é a Junta que as vai fazer, não deixando a Junta, no entanto, de acompanhar o problema e reclamar. -----

Quanto ao assunto abordado pelo Freguês Gustavo Pancas, o que coloca é questão que terá de colocar à ABMG. O Presidente da Junta informa que levantou a questão na altura própria e foi-lhe dito, como foi dito aqui, que têm até 2027 para regularizar tudo. -----

A Secretária da Junta Clara Nunes pede para acrescentar que relativamente a esta questão da ETAR propõe que façam chegar à Junta de Freguesia um documento, ou documentos, com as preocupações e a Junta providenciará para que sejam respondidas e esclarecidas pela ABMG. -----

O Presidente da junta António Ferreira continua e informa que esta questão da qualidade da água têm alguma razão, e foi-lhe dito desde sempre que existiam alguns problemas desde anteriores mandatos, nunca foi possível a Junta atuar, mas assume o compromisso de estabelecer diligências. Agradece o alerta que estão a dar. Quanto ao Paul de Arzila, a Junta teria de reunir com o Eng.º que gere o Paul, foram feitos contactos e por ele foi dito que agendaria reunião para resolver algumas questões. Mas até hoje nada mais nos disse, e faz questão de voltar á carga quando for possível pois Pereira merece ver o espaço dignificado e colocado ao serviço das pessoas. -----

Quanto á questão levantada pelo Freguês José Batista, relativa também à ETAR, nós sentimos também a mesma preocupação, mas penso que aquilo que foi antes dito pro mim e pela Clara esclarece as suas dúvidas. Quanto à questão da saúde pública e do que está a ser feito por este executivo, o Presidente da Junta diz que, como viram, desde novembro do ano passado que não larga o assunto perante as entidades. Ficou aqui demonstrado isso e explicações foram dadas. Regulamente o Presidente da Junta fala com a ABMG sobre eventuais problemas. -----

O Presidente da Assembleia lembra que no tocante à questão da saída dos responsáveis da ABMG que eles foram convidados para estarem aqui presentes na discussão do ponto cinco e para esclarecer as dúvidas lavradas e enviadas pela bancada do PPD-PSD/CDS-PP. Eles estiveram aqui, corresponderam ao pedido e responderam às questões que lhes tinham sido enviadas e ainda a outras que de momento a bancada do PPD-PSD/CDS-PP colocou, no ponto criado para o efeito na ordem de trabalhos e na sequência da intervenção da bancada que solicitou os esclarecimentos. O Presidente da Assembleia diz que pensa que tudo o que foi pedido formalmente ficou respondido



e que teve o cuidado de questionar a bancada se as dúvidas estavam satisfeitas e ninguém da Assembleia disse o contrário. Aliás, insistiu na pergunta e nenhum Membro se manifestou. -----
O Presidente da Assembleia pede que não se continue com especulações ou suposições que são muito perigosas em matérias com a sensibilidade desta. Os assuntos têm que ser falados, mas não na base da desinformação ou da suposição. Pede para deixarem de falar em sanções porque isso não existe nem existiu. O que aconteceu foi que foi dado um prazo de 2 meses para que a situação fosse resolvida e houvesse respostas. E aqui ficou claro que houve atuação e respostas. Não entende o Presidente o porquê de insistirem nessas dúvidas quando isso foi esclarecido várias vezes pelos responsáveis da ABMG. Aquilo que aqui foi dito foi que as análises em julho já deram dentro dos limites impostos, ou exigidos, que, entretanto, por uma questão de prevenir há ainda intervenções a fazer para melhorar o sistema e para evitar que se volte a esta situação. Vai ser feita uma obra grande, com procedimento já a decorrer, com inúmeras intervenções na parte elétrica, na monitorização e controle, em equipamentos novos. Portanto é bom que tenhamos noção que estas pessoas que aqui estiveram têm até responsabilidade criminal no que fazem. Portanto, eles têm de estar bem preocupados e, duma vez por todas, todos nós temos de deixar o discurso da desconfiança permanente. As pessoas foram claras nas respostas e têm responsabilidade na resolução, como demonstraram. As instituições têm técnicos, têm pessoas competentes e nesta sala nenhum dos presentes tem mais competência para os resolver ou arranjar solução. O dia a dia deles é viverem com essa preocupação e já é tempo também de darmos votos de confiança a quem trabalha todos os dias por um melhor serviço e qualidade. -----

O Freguês Nuno Rasteiro diz que já é tempo de se criar um movimento cívico em Pereira para pressionar e resolver e clarificar com as entidades competentes para que não restem dúvidas. -----

O Presidente da Assembleia diz que tem a certeza que desde que seja um movimento fruto de interesses legítimos, de defesa da Freguesia, isento, criado pelo respeito e com fins nobres, que colherá certamente o apoio da Junta de Freguesia, da Assembleia e das entidades locais. -----

Para concluir, no tocante ao que aqui hoje se passou, os responsáveis da ABMG vieram aqui, não eram obrigadas, e corresponderam ao que lhes foi pedido. Quaisquer críticas em contrário disto são injustas e não vamos agora, depois dos esclarecimentos deles, inventar novas dúvidas. -----

O Presidente da Junta retomou a palavra e no tocante à questão colocada pelo Freguês Helder Ferreira, do posto médico, confessa que este é a sua menina dos olhos, pois ninguém sabe o quanto ele lutou, quando tudo estava dado como perdido, para que hoje ainda o tivéssemos na Freguesia. Seria louvável que as pessoas tivessem noção que estava para encerrar e foi graças ao seu esforço e medidas que o conseguimos manter em funcionamento nesta Freguesia. Agora, também é bom que se tenha noção que não é à Junta que compete arranjar uma secretária para o médico ou outras coisas aqui reclamadas. O que foi reivindicado faz parte da instalação, e foi um ar condicionado,

para melhoria das condições térmicas, e está instalado. E é o que podemos reclamar, estes equipamentos ou outros afins inerentes ao edifício. Agora as secretárias ou elementos similares têm de ser reclamados por quem lá trabalha, perante a entidade, isso não compete à Junta de Freguesia. Quem lá está também deve reivindicar perante as suas entidades a melhoria das condições e das ferramentas de trabalho, não é a Junta de Freguesia. -----

O Presidente da Assembleia diz que uma vez que esta é a última reunião do mandato, gostaria de deixar algumas palavras. Assim, o primeiro agradecimento vai para o papel que todos e cada um desempenharam ao longo do mandato. Depois, agradece a todos o voto de confiança que lhe foi dado para este cargo que desempenhou durante os últimos quatro anos. Informa que tudo fez para ser digno do mesmo e sai com a certeza que foi merecedor dessa confiança depositada inicialmente. Diz estar certo que o fez com rigor, com isenção e no cumprimento da Lei e das regras. Sempre se preocupou em fazer deste órgão um órgão prestigiado e merecedor do respeito público, não permitindo excessos, desrespeitos, irregularidades ou abusos. Isto é o que dignifica este órgão e foi por isto que lutou. Informa que tem orgulho em dizer em todo o lado que é de Pereira porque esta é uma Freguesia que merece Fregueses orgulhosos dela. Gostaria de terminar com as palavras com que começou: no início do mandato disse que "é mais o que nos une do que aquilo que nos separa". Entrou com esse sentimento, hoje sai com ele reforçado. -----

Termina agradecendo a todos e deixando votos de sucesso para os vindouros. -----

ENCERRAMENTO

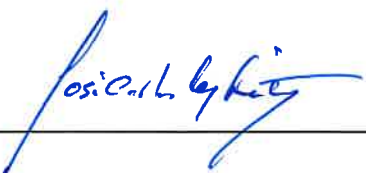
E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, e da mesma, para constar, se lavrou a presente ata a qual depois de lida e aprovada em sessão ordinária da Assembleia seguinte, por não haver condições para o cumprimento de combinado no final da sessão a que alude, nos termos dos n.º 2 e 4 do art.º 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, vai ser assinada, por mim, Ana Patrícia Mateus Simões, que a elaborei, e pelo Presidente da Assembleia à data da sessão, José Carlos Malheiro Leite, para eficácia. -----

Pereira, 26 de setembro de 2025, -----

Assembleia de Freguesia de Pereira

O Presidente

A 2ª Secretária



José Carlos Malheiro Leite



Ana Patrícia Mateus Simões